

O TURISMO RURAL E AS ORGANIZAÇÕES SOCIAIS LOCAIS NO DISTRITO DE SÃO PEDRO, BENTO GONÇALVES – RS

The rural tourism and local social organizations in the District of São Pedro, Bento Gonçalves – RS

Maurem Fronza da Silva¹, Joaquim Anécio Almeida², Marcelino de Souza³

RESUMO

Concebido como uma alternativa de geração de renda para moradores rurais, o turismo possui uma gênese assumidamente econômica. Entretanto, a motivação individual de cada família vai aos poucos avizinhandose do âmbito público da comunidade à medida que a atividade repercute além das fronteiras das propriedades. As formas associativas são uma maneira para tentar equalizar interesses divergentes e tentar trabalhar no sentido do bem coletivo. No distrito de São Pedro, município gaúcho de Bento Gonçalves, as experiências anteriores de união entre as famílias formam a base sobre a qual a Associação Caminhos de Pedra foi constituída como entidade que organiza os agricultores no novo papel de empreendedores turísticos.

Palavras-chave: turismo rural, organizações sociais e família.

ABSTRACT

Conceived as an income generation alternative for rural inhabitants, tourism has an admitted economic genesis. However, the motivation of each family gradually neighbors the community as the activity outflows the boundaries of the property. The associative forms are an attempt to equalize diverging interests and to attempt to work for the collective welfare. In the district of São Pedro, Bento Gonçalves – RS, previous experiences of union among families work as a basis for the “Caminhos de Pedra” (Stone Paths) association, which is meant to be an entity that prepares the farmers for their new role as tourism entrepreneurs.

Key words: rural tourism, social organizations, family.

1 INTRODUÇÃO

Atualmente, as áreas rurais passam por uma série de dificuldades resultantes do aprofundamento da crise agrícola, fazendo com que os agricultores e suas famílias busquem novas oportunidades de ocupação e de rendimento. Entre essas novas oportunidades, o turismo rural apresenta-se como uma alternativa de diversificação das economias tradicionais. Segundo Silva et al. (2003, p. 218),

a prática do turismo rural consubstancia-se num conjunto variado de atividades, integradas com a tradicional hospitalidade das populações rurais. É uma indústria em constante crescimento no mundo industrializado, devendo-se esse crescimento às mudanças sentidas ao nível das tendências e comportamento da procura turística: maior rendimento disponível; melhor nível de vida; maior preocupação com questões de saúde; propriedade generalizada de automóvel por parte das famílias, aumento das férias repartidas e do mercado de short-beaks.

O turismo rural assume um papel importante na revitalização e desenvolvimento social e ambiental das áreas rurais. O produto turístico rural inclui uma gama de atividades, serviços e comodidades promovidas pelos agricultores e população local para atrair turistas para sua região, a fim de gerar renda complementar e emprego. De uma forma ou outra, esses recursos sempre existiram, mas, no turismo, são promovidos de uma maneira integrada e organizada. Há autores que lançam o termo “agroturismo comunitário” para indicar regiões onde a população local decide cooperar para providenciar uma gama de atividades e serviços. As comunidades organizam esses elementos em um pacote para atrair os turistas e juntos comercializam o pacote agroturístico da sua região. Trata-se, portanto, de uma iniciativa coordenada pela própria e um modelo que tem uma boa justificativa econômica. Assim, Thibal (1988) afirma que, “quando uma comunidade rural decide bancar o turismo como parte do programa local de desenvolvimento, todo morador é potencialmente parte interessada, não só porque possui um projeto próprio,

¹Graduada em Relações Públicas e Mestre em Extensão Rural pela Universidade Federal de Santa Maria/UFSM – Técnica em Comunicação do INCRA-MS – Rua Maracaju, 1062, Apto: 203-A – 79.002-212 – mauremfs@gmail.com

²Professor Titular do Departamento de Educação Agrícola e Extensão Rural da Universidade Federal de Santa Maria/UFSM e Pesquisador do CNPq – Faixa de Camobi, Km 09 – Campus Universitário – Santa Maria, RS – 97.105-900 – naik@ccr.ufsm.br

³Professor Adjunto do Departamento de Educação Agrícola e Extensão Rural da Universidade Federal de Santa Maria/UFSM – Faixa de Camobi, Km 09 – Campus Universitário – Santa Maria – RS – 97.105-900 – marcelino.souza@uol.com.br

Recebido em 23/08/05 e aprovado em 25/01/06

mas, acima de tudo, porque ele é membro da comunidade local e beneficiário do desenvolvimento coletivo”.

Thibal (1988) argumenta que iniciativas espontâneas são coisas do passado e que o turismo rural, em pequenas regiões rurais, incentiva a criação de estruturas de lazer para a população local e para os turistas, estimula renda e comércio, constitui-se em uma oportunidade para gerar emprego, ou seja, apresenta-se como um fator de desenvolvimento da economia da região e um despertar da cultura local para a valorização dos recursos naturais.

Tratar o turismo em nível rural é importante, mas não suficiente. É difícil pensar como uma região ou comunidade rural pode penetrar no setor altamente competitivo do turismo sem se dotar de um sistema integrado e centralizado que coordene o desenvolvimento de produtos turísticos, a informação, a infra-estrutura e o marketing. Esse sistema integrado centralizado não é uma agência externa, mas emerge do envolvimento da comunidade local. Competitividade não significa que o turismo rural deva se igualar aos hotéis de alto padrão das cidades ou das praias. A força do turismo rural reside no produto especial que oferece - um produto que é um composto de ambiente humano e espacial próprio do meio rural.

Portanto, na abordagem comunitária, o turismo é parte integrante do programa de desenvolvimento local, com apoio efetivo das agências estatais e participação dos grupos interessados e da população local, especialmente dos pequenos agricultores e suas famílias, bem como dos setores não-agrícolas da comunidade.

Objetivou-se com este trabalho demonstrar como as experiências anteriores de união entre as famílias formaram a base sobre a qual a Associação Caminhos de Pedra foi constituída como entidade que organiza os agricultores no novo papel de empreendedores turísticos.

2 METODOLOGIA DA PESQUISA

O período de coleta das informações da pesquisa compreendeu os meses de julho a outubro de 2001. Os procedimentos metodológicos utilizados basearam-se na pesquisa bibliográfica e documental, complementadas por entrevistas com quatro tipos de informantes e observação direta. Entre as fontes de papel, foram aproveitados livros, revistas, jornais, Informativo Associação Caminhos de Pedra, Projeto Caminho de Pedra, pesquisas anteriores, livros de atas da Associação Caminhos de Pedra, materiais de divulgação, páginas eletrônicas da agência do receptivo, documentação contendo dados socioeconômicos sobre o município.

O primeiro grupo de informantes foi formado por pessoas que acompanharam o projeto em alguma etapa e incluem desde os dois idealizadores, assessores, presidente da associação, Secretário Municipal de Turismo, até estudantes que haviam realizado pesquisas anteriores sobre o projeto, em um total de 19 entrevistados. O segundo perfil refere-se a dois estudiosos da migração italiana no Rio Grande do Sul.

Também foram ouvidas doze famílias do distrito. Metade delas preparava-se para receber visitantes e serviram para o estudo exploratório. A escolha, nesse caso, seguiu os critérios de citação durante as entrevistas anteriores, sua acessibilidade e disponibilidade.

Com base nessa fundamentação, chegaram-se às outras seis famílias – todas que já integram o roteiro. Portanto, aquelas que perfazem o núcleo de interesse da pesquisa.

As entrevistas foram por pauta, com os informantes falando livremente sobre tópicos elaborados previamente de acordo com o entrevistado. As doze famílias responderam a uma pauta uniforme e todos os integrantes interessados participaram das conversas. As entrevistas tiveram as respostas anotadas, gravadas e transcritas em tópicos (confrontados às respostas dos demais informantes).

Foram realizadas observações diretas, não-participantes e assistemáticas. Essas observações ocorreram durante as entrevistas, e as informações foram anotadas no final do dia em um diário resumido. As entrevistas também foram feitas durante uma visita. Os registros seguiram a sugestão de Goode & Hatt (1972), os quais foram anotados em subtítulos de tal modo que facilitassem a interpretação. Os convites para conhecer o empreendimento ou para participar de eventos serviram para a integração com a comunidade e proporcionaram proximidade com os moradores, neutralizando o distanciamento da postura do pesquisador.

3 RESULTADOS E ANÁLISE

3.1 A Emergência do Projeto Caminhos de Pedra

O roteiro de turismo rural denominado “Caminhos de Pedra” localiza-se no Distrito de São Pedro, a 12 quilômetros do Município de Bento Gonçalves, Estado do Rio Grande do Sul. Trata-se de um roteiro de 15 quilômetros de estrada que acompanha um vale, cujo rio constitui o eixo principal de povoamento. As propriedades foram implantadas perpendicularmente ao rio. O roteiro inclui 23 pontos de parada, com valiosos exemplares da rústica arquitetura colonial italiana.

Pode-se afirmar que o roteiro teve origem do encontro entre um engenheiro e um arquiteto. O engenheiro, natural do próprio município de Bento Gonçalves, descende de agricultores que migraram para a cidade, onde exerceram a hotelaria entre 1944 e 1959. Graduou-se em engenharia e trabalhou até 1980, quando voltou à sua terra natal. A partir daí, passou a administrar o Hotel Dall'Onder.

Por sua vez, o arquiteto mostrou-se interessado na arquitetura da imigração italiana no Estado do Rio Grande do Sul e defensor da preservação desse patrimônio. Entretanto, seus esforços esbarraram no desinteresse do poder público e na dificuldade de encontrar uma justificativa financeira para os agricultores manterem as construções antigas.

O encontro entre ambos ocorreu em 1987. Juntos, resolveram trilhar o caminho inverso dos processos de tombamentos oficiais, vistos como a perda de autonomia dos proprietários sobre suas posses. Imaginaram o turismo rural como um meio de tornar o patrimônio arquitetônico e cultural uma fonte de renda para as famílias ou uma forma de agregar valor aos produtos que já faziam. Assim, projetavam que a preservação "privada" das construções antigas e da memória das famílias escondia uma possibilidade de ganhos para todos os moradores do município.

O primeiro passo foi o levantamento do patrimônio arquitetônico das adjacências do município de Bento Gonçalves em busca do local mais apropriado para colocar a idéia em prática. O Distrito de São Pedro foi selecionado devido à presença dos seguintes aspectos: acervo arquitetônico de alta qualidade, numeroso, variado e íntegro, com construções representativas da imigração italiana, concentrado em pequena área; acesso fácil e proximidade da cidade; abundância de água, com numerosos estabelecimentos utilizando-a como força motriz por meio de rodas hidráulicas; e uma paisagem rica em araucárias, fauna nativa e de exuberante beleza natural.

Além disso, o sogro do engenheiro, que era natural de São Pedro, facilitou a aproximação dos dois "estranhos" com a comunidade. A escolha do local também inspiraria o nome Caminhos de Pedra, justificado pela quantidade de casas do tempo da imigração e pelo solo pedregoso.

A idéia do turismo inicialmente foi recebida com descrédito. A proposta causava tamanho espanto que um dos agricultores lembra ter evitado contar aos vizinhos sobre seus planos para fugir das ironias. Era difícil convencer os outros moradores, quando os próprios empreendedores desconfiavam da atividade e não dispunham de recursos financeiros nem mesmo para as providências mais imediatas.

Após meses de trabalho de persuasão dos empreendedores, a proposta começou a ganhar adeptos. Os primeiros gastos eram bancados pessoalmente pelo engenheiro. A procura pelas famílias mais receptivas foi um momento de encontro com os pobres da comunidade. Exatamente as pessoas com mais problemas detinham o patrimônio histórico mais importante e aceitaram as modestas propostas iniciais do projeto.

Após o estranhamento inicial, as famílias foram, pouco a pouco, ingressando na atividade, porque notouse um crescimento vertiginoso do interesse dos visitantes oriundos de diversas regiões. Esse interesse foi recebido com orgulho e estimulou, entre os moradores, o resgate da memória local. A procura pela maneira como os imigrantes faziam as coisas recuperou costumes quase esquecidos. Tudo isso aliou-se a uma preocupação constante com a autenticidade. Essa preocupação foi respaldada pela intensa campanha de conscientização patrimonial, que encontrou um terreno fértil nos agricultores cuja propriedade representava um de seus maiores valores.

3.2 Aspirações Iniciais e a Permanência na Atividade Turística

O aspecto financeiro foi responsável pela adesão da maioria das famílias integrantes do projeto. A tendência foi intuída pelos mentores do projeto, que revelam ter empregado esse argumento para convencer os pioneiros.

Mas a ênfase econômica da decisão de implantar a atividade não é privilégio de São Pedro. Uma pesquisa realizada nos Estados Unidos (VOGELLER, 19__) expõe o fator monetário como principal razão para implantar o turismo rural sobre ênfáticos 71,0% . O Departamento de Agricultura dos Estados Unidos, as universidades agrícolas e os extensionistas locais parecem fundamentar parte dessa tendência ao incentivar o turismo rural por razões muito práticas: o retorno econômico imediato. Os dois contextos começam a divergir a partir da segunda razão mais citada. Os agricultores do norte também foram seduzidos pelo trabalho agradável, pela possibilidade de encontrar pessoas, pelo bom uso do tempo entre os aposentados, entre outras.

Já os habitantes de São Pedro pensaram mais em preservar o patrimônio cultural do que em aumentar as relações interpessoais, absolutamente ausentes das motivações iniciais. A preocupação foi respaldada pela intensa campanha de conscientização patrimonial, promovida pelo arquiteto idealizador do projeto.

As outras motivações dos gaúchos também apresentam relações com o passado, em especial, o ideal

da vida sem padrão, que foi um dos elementos da migração dos italianos para a América. Por outro lado, a casa é o domínio, por excelência, da esposa, que deve zelar pela família. Justifica-se, assim, a presença da esposa em casa como um dos motivos para a atividade turística⁴.

Do lado da demanda, verifica-se que as famílias de turistas optam por férias no campo por razões financeiras, pois compram pacotes relativamente baratos, incluindo hospedagem, refeições caseiras, recreação e atividades sociais. Embora essas famílias cite razões sociais e ambientais (paz e tranquilidade) para gozar férias no campo, os baixos preços dessas férias são um atrativo importante.

Portanto, cada grupo participa na atividade procurando benefícios econômicos e pessoais. Ambos os grupos (turistas e anfitriões) compartilham os mesmos valores humanos: inter-relacionamento, cooperação, amor pela natureza, troca de experiências. Nessa interdependência, residem a força e a importância do turismo rural. Em relação a esse aspecto, pode-se detectar um grande entusiasmo em relação ao turismo, por ter devolvido a vitalidade à comunidade, o aumento da auto-estima dos moradores, a criação de um mercado para a produção local, a preservação do patrimônio e a cultura e a melhoria a infra-estrutura local. Além disso, o ingresso de dinheiro na comunidade propiciou uma espécie de diferenciação. Metade dos donos dos estabelecimentos admitem que passaram a ser vistos ou tratados de forma diferente quando decidiram receber visitantes, pois os vizinhos os consideram ricos ou mais refinados.

⁴ As responsabilidades das esposas relacionadas à casa e alimentação coincidem com os afazeres básicos do turismo (BARRERA, 1998). A acolhida de hóspedes não difere em tipo, mas na intensidade do trabalho que a mulher desempenhava. A grande alteração surge na restrição do tempo para a produção primária. As mulheres foram as mais enfáticas na descrição dos problemas causados pelo turismo, especialmente no que diz respeito à perda da privacidade, tempo para cuidado da casa e convivência familiar. Por sua vez, a remuneração gerou renda que lhes garante independência financeira para gastar em “suas coisas” ou para “ajudar” nas contas da casa.

⁵ O turismo é visto como uma possível ocupação para os filhos, mesmo que a propriedade não comporte seu sustento exclusivamente pela agricultura. O papel do sucessor, que estava em declínio, volta a ser vislumbrado. As famílias esperam manter os filhos na propriedade, ou trazê-los de volta unindo as suas aspirações de estudo e trabalho. Assim, os filhos terão condições de fazer a transição para se igualarem ao ambiente urbano, deixando para trás o sentimento de inferioridade pela falta de estudo e a insegurança empresarial.

A continuidade da atividade turística dilui o aspecto financeiro em outras razões, que foram percebidas no exercício da atividade. O fator econômico é mantido, assim como a permanência da esposa no lar e o trabalho sem padrão. A preservação do patrimônio aparece na conotação mais ampla de valorização cultural. Segundo um dos entrevistados, a preservação assim se apresenta:

“Está no sangue. Tem que preservar. Tem que continuar. É uma maneira de valorizar-se a si mesmo, as outras pessoas da comunidade”.

Mas outros fatores foram levantados. O relacionamento com as outras pessoas, a realização pessoal, a responsabilidade em não prejudicar os vizinhos, fechando o estabelecimento repentinamente, a perspectiva de trabalho para os filhos⁵ e as novas funções que são atribuídas aos idosos da comunidade⁶. A satisfação pelo encontro com pessoas de todas as partes do mundo, às quais se ensina e com as quais se aprende⁷, é uma surpresa para os tímidos colonos gaúchos.

⁶ O turismo, no caso estudado, depende da existência dos idosos. As pessoas mais velhas zelam pela manutenção da propriedade. Os valores sociais da comunidade são preservados por esses indivíduos frente à modernização introduzida pelos jovens. O conflito de comportamentos possui manifestações que beneficiam a exploração turística em ambas as vertentes. Por um lado, com a ânsia de melhoria econômica e social por parte dos jovens e, por outro, a preservação da memória por parte dos idosos, que se constitui em atrativo turístico. No Distrito de São Pedro os idosos participam da vida da família e da comunidade em atividades sócio-culturais e econômicas. Grande parte do resgate cultural é baseada em suas lembranças sobre receitas e modos de fazer, que são a base das agroindústrias que abastecem e caracterizam o roteiro. O próprio informativo da Associação Caminhos de Pedra traz uma sessão de entrevistas com pessoas de idade avançada que moram no distrito.

⁷ O turismo implica em adaptações na vida de todos os membros da família. A decisão de implementá-lo depende da disponibilidade dos indivíduos alterarem os hábitos produtivos e de convivência, ou seja, implica na apropriação de conhecimentos novos, posto que existe grande escassez de mão-de-obra qualificada para o desenvolvimento da atividade. As famílias empreendedoras, provenientes de um ambiente dominado pela atividade primária, encontram dificuldades em lidar com o público em igualdade de condições e administrar a atividade turística com o profissionalismo exigido para ganhar as aspiradas fatias de mercado.

Os agricultores norte-americanos com os quais se fez um paralelo no item anterior – e que já apontavam para este caminho – transformaram os contatos interpessoais no principal motivo para manterem a atividade. Esse número supera o aumento da renda e demais motivos.

Transparece, assim, a importância do contato pessoal tanto para atrair turistas como para motivar os anfitriões a recebê-los. No caso do distrito de São Pedro, os turistas italianos ocupam lugar de honra nas lembranças dos anfitriões. Seguidamente, suas visitas são citadas com satisfação e orgulho.

Os motivos particulares que levam os empreendedores a iniciar a atividade cedem espaço ao espírito de grupo, pois o turismo beneficia, direta ou indiretamente, toda a comunidade, que necessita dessa atividade para sobreviver.

Enquanto os operadores turísticos rurais e os fornecedores de seus pontos têm incentivos econômicos, a comunidade pode beneficiar-se de outras formas. No caso dos Caminhos de Pedra, a valorização cultural assumiu o papel de disseminação dos benefícios do turismo. A busca de como o distrito e seus habitantes viveram, para mostrar aos turistas, revelou o passado de todos. Paralelamente, foram criados grupos culturais e eventos de integração dos quais praticamente todas as famílias da comunidade participam. A visibilidade dessas manifestações faz com que os moradores sintam-se incluídos nos objetivos do projeto e fiquem lisonjeados ao assistirem seus parentes e vizinhos apresentando parte de sua cultura.

Da mesma forma, a consciência da posse de um legado cultural importante faz com que os habitantes tenham orgulho do local onde moram. Mesmo aqueles que não estão diretamente vinculados ao Projeto participam dos eventos, do ajardinamento, dos projetos ambientais e fornecem informações aos visitantes. Além disso, agem como fiscais tanto sobre a autenticidade do que é mostrado e vendido nos pontos turísticos quanto do comportamento dos turistas e demais forasteiros que chegam ao distrito.

Em São Pedro, a Associação Caminhos de Pedras tenta concatenar os esforços das famílias em torno do desenvolvimento do distrito a partir do turismo. A tendência de cooperação insere-se na tradição das antigas comunidades, paralelas à individualidade da família.

Para entender o contexto em que a entidade surgiu e atua, ela será situada em uma seqüência de instituições que permeiam os contatos entre as famílias do distrito. Essa proposta respalda-se na afirmação de que “a organização dos agricultores é um sistema de ação particular ao qual a sociedade local concorda em aderir,

mas não se coloca de forma independente em relação aos outros sistemas de ação (tradicionalis), nem às formas de controle social que existiam na sociedade local” (BERTHOME & MERCORIET, 1999, p. 13).

No Projeto Caminhos de Pedra, a sociedade de capela difere da cooperativa e da associação, por não possuir viés econômico. Esse projeto agrega os indivíduos pela fé, sem interesses pessoais. Mesmo assim, será contemplada no aspecto organizacional por apresentar uma estrutura de convivência e ética que tentam ser retomadas pela Associação Caminhos de Pedra. Cada uma com atuação e objetivos distintos, as três redes de relações continuam existindo e conformam a seu modo o ambiente em que se desenrola o projeto.

3.3 Experiências Associativas Anteriores

3.3.1 A sociedade de capela

Quando os imigrantes chegaram aos seus lotes, a religiosidade foi o primeiro ponto de união entre os grupos que provinham de diferentes regiões da Itália, o que significava dialetos e culturas próprios.

O Estado italiano foi unificado por rebeldes liberais em 1870 e só estabeleceu relações diplomáticas com o Papa em 1929. No século anterior, era visto como uma ameaça ao poder da Igreja (MELLO & COSTA, 1991). Os imigrantes chegaram ao Brasil logo após a unificação de seu país, sem cristalizarem o patriotismo, ainda mais abalados com a revolta pelo abandono que sofreram por parte do governo italiano. Assim, a população que já tinha a religiosidade como um forte traço, encontrou conforto no catolicismo e não no poder terreno (BATISTEL, 1981; BONI & COSTA, 1984; COSTA et al., 1974).

As solenidades sacrossociais de domingo nas aldeias italianas foram mantidas no Brasil. Primeiro, os encontros para rezar o terço ocorriam sob uma árvore no centro da colônia. Mas, aos poucos, foram sendo construídas as primeiras capelas como sinal do progresso da comunidade. Em volta da capela, organizava-se a vida social, envolvendo igreja, cemitério, as poucas escolas, salão de festas e jogos. A religiosidade permeava todas as atividades da vida dos habitantes, fazendo com que o comportamento desaprovado pela Igreja fosse alvo de críticas e segregação social na colônia.

Nesse caso, “perde a religião sua capacidade crítica, tornando-se apenas a justificadora do *status quo*” (BONI & COSTA, 1984, p. 123). As manifestações exteriores valorizadas pelo grupo sobrepõem-se ao plano ideológico. Valoriza-se o “contato com os mortos - os ausentes

queridos, que transmitiram todo o legado do mundo cultural - e os problemas de saúde e de sucesso nesta vida” (BONI & COSTA, 1984, p. 123). Esse caráter extremamente pragmático foi assumido pelo catolicismo da imigração italiana no Rio Grande do Sul e determinou as relações sociais.

Nesse sentido, além do lazer e conforto espiritual, a participação na Igreja era obrigação e orgulho. Fazer doações à capela era uma honra que conferia prestígio ao oferente. Uma organização de sócios contribuintes concentrava os esforços “e eram sócios praticamente todos os habitantes da linha, tal a coerção social” (BONI & COSTA, 1984, p. 113). Não participar dela causava um estado de segregação social exposto até com a morte, quando os não-católicos eram sepultados extramuros (BONI & COSTA, 1984).

Como a religiosidade ultrapassa as questões da fé, o administrador da sociedade da capela, chamado fabriqueiro, acabava respondendo também pela organização das tarefas sociais e comunitárias. A sociedade da capela passou a ser o centro da vida social da chamada *linha*, em oposição às demais localidades. As comunidades fortaleciam-se internamente ao mesmo tempo em que rivalizavam com o travessão vizinho num misto entre cooperação e competição.

Nesse sentido, observa-se que as seis comunidades do Distrito de São Pedro mantêm o espírito ambíguo herdado das sociedades de capela. O grande desafio é manter a especificidade de cada uma, integrando-as no universo da Associação Caminhos de Pedra sem sublinhar a competitividade. Há uma espécie de ciúme em relação à sede que concentra um maior número de estabelecimentos turísticos, sendo o local mais conhecido e que dá nome ao distrito. Nas palavras de uma das entrevistadas, assim se revela:

“É claro que São Pedro aparece mais. Mas aqui que é o centro, é aqui que tudo acontece mesmo”.

A localização da estrada principal privilegia a comunidade em termos de visibilidade e acesso dos turistas, facilitando a implantação da atividade nesse núcleo, que teria as demais comunidades como parceiras no turismo.

A estratégia de integração e cooperação parte de diversas frentes. Economicamente tenta-se integrar as localidades com poucas facilidades turísticas, tornando essas fornecedoras da área mais central. Nas ações culturais, os locais são envolvidos indiscriminadamente como anfitriões de festividades do projeto ou sediando

grupos artístico-culturais. A Associação Caminhos de Pedra torna-se uma fonte de apoio na medida que tenta sanar as dificuldades locais, para garantir que todas as capelas tenham condições de realizar os eventos e atividades.

A exemplo dos fabriqueiros, a escolha rotativa dos organizadores das festas entre os habitantes delega responsabilidades cada vez ao morador de uma comunidade, que se torna a mais evidente. Mas a necessidade de que todos contribuam certamente fortalece o espírito de entidade no grupo maior.

Os “de dentro” e os “de fora” tornam-se relativos ao ponto de referência da capela ou do Projeto Caminhos de Pedra no Distrito de São Pedro. Além disso, as religiões neopentecostais ganham adeptos no distrito, especialmente nas famílias que vêm trabalhar na agricultura como assalariadas. Dessa forma, surge um novo fator de diferenciação interna e de dissolução da identidade unitária. Por enquanto, a mudança não foi contemplada pelo projeto por se acreditar que os dissidentes católicos sentem-se acolhidos nas atividades dessa religião.

3.3.2 A cooperativa

A cooperação foi uma experiência nem sempre agradável para os moradores do Distrito São Pedro.

A primeira experiência estável dos agricultores locais com as formas associativas financeiras foram as controvertidas cooperativas vinícolas descritas por Santos (1984), estabelecidas em torno da década de 1930. Tentativas anteriores, entre 1911-1913, foram arduamente atacadas pelos comerciantes a ponto de serem extintas em dois anos.

Apesar de duradouras, as cooperativas de segunda geração também apresentaram problemas. Casos de diretoria que se enriqueceram ilicitamente, aliadas ao modelo de desmanche da vinicultura artesanal pela centralização do recebimento da matéria-prima, tornam-nas uma lembrança negativa. Em situações extremas, a violência e a aliança com o poder instituído garantiram a mesma direção durante décadas.

Os agricultores tinham uma participação apática nas assembléias, assistindo a decisões contrárias aos seus interesses. Mesmo assim, associavam-se às cooperativas para garantirem o escoamento da uva, principalmente em anos de colheita abundante.

Além disso, as cooperativas pagavam o preço mínimo estipulado pelo governo. Embora esse preço servisse para neutralizar a concorrência no período em que as beneficiadoras caseiras poderiam forçar um aumento,

ainda era melhor recebê-lo do que ficar à mercê das empresas privadas, que não observavam nem esse mínimo.

Assim, a fidelidade à cooperativa não era produto da filosofia cooperativa, mas do receio diante das grandes indústrias.

Os agricultores de São Pedro amargam a decepção com a filosofia cooperativa sucedida pelo retorno da venda para indústrias particulares, que os deixou à mercê da demanda estipulada pelo mercado. Nos anos de maior safra, o produto sobrava na parreira por falta de comprador.

A situação perdurou até por volta de 1980. Então, houve associação massiva à Vinícola Pompéia, que estava em crise e procurava crescer aumentando o número de associados. Alguns moradores relutaram receosos de que a desastrosa experiência anterior fosse repetida, mas acabaram cedendo.

A generalizada associação de forma cooperativa não extinguiu os problemas. A falta de pagamento levou à venda do produto para outras empresas. Essa atitude demonstra o pragmatismo imperioso dos agricultores que reagem prontamente em defesa do patrimônio da família ao se sentirem prejudicados.

Outro fator importante é a congregação da atividade agrícola comercial pelas cooperativas. A identidade cultural de agricultores, incentivada pelo Projeto Caminhos de Pedra, tangencia o setor cooperativo, embora a preocupação principal seja o policultivo de subsistência. Por vias secundárias, ambas as instituições convergem para o mesmo objetivo de manter a agricultura.

Um outro aspecto que também vale destacar é o fato de que a Cooperativa Vitivinícola Aurora aplicou parte de seu imposto no Projeto Caminhos de Pedra (por meio da Lei de Incentivo à Cultura), mas exigiu que o incentivo beneficiasse um de seus sócios. Como a Vinícola Pompéia congrega quase todos os moradores de São Pedro, uma família que acabara de integrar o projeto e cujo produto já tinha concorrente acabou agraciada pelo financiamento por falta de opção dos organizadores. Dessa forma, ficou evidente a influência que o contexto externo pode exercer sobre as decisões da Associação Caminhos de Pedra.

3.4 A Associação Caminhos de Pedra

Esse tipo de entidade é definida pela OCB (Organização das Cooperativas Brasileiras) como sendo “uma entidade civil sem fins lucrativos, em que vários indivíduos se organizam de forma democrática em defesa de seus interesses” (ROLLEMBERG, 1996, p. 21).

O associativismo pode viabilizar a atividade econômica de trabalhadores e pequenos proprietários,

melhorando as condições para concorrer no mercado. A busca conjunta para solução de problemas parte do pressuposto de que todos são responsáveis pelas ações do grupo. Pela união, as pessoas têm mais chances de alcançar objetivos que seriam difíceis individualmente. É também uma forma de pressionar a administração pública por meio da reivindicação organizada.

A Associação Caminhos de Pedra, instituída oficialmente em 1997, tem como fundamentos a

[...] recuperação dos valores culturais, a viabilização e o fortalecimento das pessoas físicas e jurídicas que compõem seu quadro de associados, bem como proporcionar a que as demais pessoas, empresas ou instituições integrantes do Projeto Cultural CAMINHOS DE PEDRA obtenham o desenvolvimento de atividades educativas, artísticas, culturais e a criação de alternativas de turismo sustentável (ASSOCIAÇÃO CAMINHOS DE PEDRA, 2001, p. 1).

Para tanto, conta com diretoria executiva, conselho deliberativo fiscal, departamentos específicos, assessorias e promotor cultural. Os associados pagam uma mensalidade e dividem-se em proprietários de estabelecimentos em funcionamento, demais proprietários e sócios beneméritos. Esse montante é utilizado para pequenas despesas, mas o valor é tão baixo que, muitas vezes, a entidade encontra dificuldade em desempenhar seu papel por falta de recursos. Mesmo assim, houve um aumento de associados, os quais atualmente ultrapassam 60 integrantes.

A abrangência da associação faz com que ela gerencie praticamente tudo o que diz respeito ao roteiro e Projeto Caminhos de Pedra. Trata-se do fórum de discussão sobre todas as questões referentes ao projeto e bem-estar das comunidades. Os assuntos vão desde a fixação de horários de funcionamento dos pontos turísticos, aprovação da pauta do informativo, estratégias de divulgação, reivindicação por abrigos nos pontos de ônibus ao longo da estrada, até solicitação de apoio junto ao poder público.

Existe também a parte educativa, em que os associados são orientados por assessores do projeto ou por assessorias externas em qualquer área que for detectado interesse ou necessidade.

3.5 O Fundo de Empréstimos Rotativos

Desde o início, a formação de empreendedores foi uma prioridade, mas a aprovação do Projeto Cultural Caminhos de Pedra junto à Lei Federal de Incentivo à Cultura e, mais tarde, junto à correspondente estadual,

trouxo novas atribuições à entidade. Agora a associação tinha o direito de buscar patrocínio junto às empresas, oferecendo abatimento nos impostos das instituições que se dispusessem a participar.

O dinheiro arrecadado foi para um fundo de empréstimos rotativos para viabilizar as obras de estruturação do turismo nas propriedades. Em contrapartida, o beneficiário compromete-se em devolver o financiamento para ser aplicado em outro estabelecimento. Cria-se, assim, um ciclo de colaboração com respaldo técnico, financeiro e cultural para o sucesso do negócio.

A liberação de crédito pela diretoria da associação acaba sendo uma forma de controlar os investimentos para não destoarem das prioridades do projeto. Algumas construções com recursos próprios das famílias são vistas com reserva pelos assessores por não apresentarem as linhas arquitetônicas da imigração italiana (e sim estereótipos) ou por divergirem em temas de objetivos. Nesse ponto, a concorrência destrutiva entre as casas é rechaçada, permitindo-se que dois pontos ofereçam produtos semelhantes apenas em casos especiais. É o caso das cantinas, em que uma propriedade encontra dificuldades em atender sozinha ao fluxo turístico. Então, admite-se a implantação de uma empresa semelhante, mas com características e públicos diferentes.

3.6 As Reuniões

As reuniões da associação ocorrem ao menos uma vez por mês para deliberar sobre todas as ações concernentes à entidade. Inicialmente, os encontros eram realizados nos pontos turísticos, o que facilitava o acompanhamento do trabalho dos estabelecimentos. A transferência para locais neutros, como o salão paroquial da Capela São Pedro ou a Escola Castelo Branco liberou as famílias dessa espécie de vigilância e compromisso perante os vizinhos, que é benéfica segundo os assessores do projeto.

O número de participantes das reuniões mantém-se mais ou menos estável, com maior assiduidade dos responsáveis pelos estabelecimentos já instalados. Normalmente apenas um membro da família (marido ou esposa) assiste ao encontro. Percebe-se também que a expectativa de liberação de financiamento em geral determina a frequência de participação de alguns indivíduos.

O espaço de discussões dos encontros prepara os agricultores para interagirem com outros atores e falarem em público com mais facilidade. Mas também pode ser mais utilizado por quem já possui facilidade de expressão. A convivência permeada por interesses específicos facilita

os conflitos e ressentimentos entre os associados que viviam isolados e tomavam as decisões individualmente sem precisar negociá-las. Assim, a associação pode ser utilizada indiretamente para aflorar e talvez harmonizar questões anteriores. Além disso, as organizações, em geral, podem formar subgrupos com opiniões diferentes, disputando o poder. É comum que um deles retire-se, aumentando o espaço do presidente (SPERRY et al., 1999). Mais ou menos essa é a experiência da Associação Caminhos de Pedra.

A família responsável por um dos estabelecimentos afastou-se da organização por ver suas propostas descon sideradas. O relato de uma pessoa da família que foi entrevistada remete à disputa pela hegemonia do grupo, seguida pelo abandono.

“Eu tentei. Eu falei. Agora eu coloco os meus próprios limites, faço meus horários, conforme o meu bem-estar”.

Exatamente os dois estabelecimentos em que os responsáveis não participam da Associação foram assinalados durante a pesquisa como extremamente interessantes, mas com problemas administrativos ou recepção menos calorosa. Essas ausências são lamentadas porque nas reuniões são decididas as ações da associação, delegam-se as tarefas, organizam-se os eventos e planejam-se ações.

3.7 Os Presidentes

O espaço associativo confronta a lógica local à dos interventores. Do ponto de vista do interventor externo, a eficiência da organização está relacionada à capacidade de comunicar as mensagens recebidas e regular as tensões internas. Para os agricultores, a associação é um instrumento para intervir no meio externo e aumentar a possibilidade de negociações. Os líderes das organizações medeiam as duas lógicas e normalmente são os indivíduos com maior capacidade de relacionamento com o ambiente externo, controle da comunicação e acesso às informações (BERTHOME & MERCOIRET, 1999).

Os líderes possuem recursos suficientes e capacidade para correr riscos, redistribuir o tempo, as idéias e a riqueza. Também devem saber reunir recursos, meios e homens. Para cooptá-los, conjugam o carisma do discurso comunitário ao interesse individual. (SABOURIN, 1999). Sua responsabilidade decorre de serem reconhecidos como uma autoridade competente para representar os associados. A escolha pode recair fora do grupo local, delegando ao líder o papel de aliado ou tutor.

Até o final de 2001, a Associação Caminhos de Pedra teve dois presidentes com perfis muito próximos. Ambos não moram no distrito e possuem escolaridade acima da média dos habitantes. Inclusive, a segunda presidente foi eleita em razão da profissão de advogada, com o claro intuito de prestar assessoria jurídica quanto à Lei de Incentivo à Cultura. Segundo um dos entrevistados,

“A presidente comprou um terreno agora aqui. Só que a gente viu que o presidente da associação precisa ser alguém daqui, mais ligado aqui. Porque ela é advogada e não pode dar aquela assistência que deveria dar. [...] Ela tem boa vontade. [...] Só que muitas vezes a gente precisou e ela não conseguiu conciliar o cargo de precisa com o trabalho”.

Para sanar o problema, um dos idealizadores do projeto foi cogitado como o próximo dirigente da entidade, formalizando uma situação que já existe de fato. O depoimento dos entrevistados da pesquisa trazem à tona a situação inusitada em que o interventor acabou reconhecido pelos agricultores como líder da organização.

“Mesmo que não more aqui, mas ele sempre está aqui. Quem começou tudo foi ele. Ele é o dono do projeto. Tudo o que a gente faz tem que passar por ele. [...] Claro que ele vai se cercar de pessoas para auxiliar. Mas para mim, ele tem que ser o presidente. Então o vice e os outros vão ser daqui, mas ele é a pessoa mais indicada para presidente da associação”.

“Se tem que falar com o mustachudo (governador), ele vai lá e fala com clareza. Se é a gente daqui, vai lá, mas meio acanhado. Se é para falar com o ministro, o secretário ele vai...”.

“Na verdade a gente sente muito que o seu (idealizador do projeto) não tem mais tempo para participar. A gente tinha e ainda tem um respeito muito grande por ele. Mas quando ele participava, a gente obedecia a muito as regras que ele ditava”.

O Projeto Caminhos de Pedra parecia caminhar para a independência dos moradores pela segurança conferida por anos de experiência na nova atividade, presença de assessores, maior contato com turistas e meios de comunicação. A eleição de outros presidentes e o relativo afastamento do empresário apontavam para essa direção. Acima de tudo, a auto-suficiência dos moradores é

comprovada pelas freqüentes resistências às opiniões externas, quando se sentem manipulados.

Pelo contrário, o grupo mostrou-se ainda despreparado para abdicar do líder externo. Os moradores demonstram confiar parte do papel do poder público ao idealizador do projeto, cuja presença é mais marcante junto ao distrito⁸. Além disso, seu interesse pessoal já fora provado pelo envolvimento e disponibilidade financeira, de forma que o retorno é aguardado como uma injeção de ânimo. Os pretendentes a presidente que surgiram de última hora, com a promessa dos recursos via Lei de Incentivo à Cultura, ficam desencorajados diante do líder incontestável.

Na opinião de duas entrevistadas, a garantia de escoamento dos produtos das novas agroindústrias e a captação de recursos ainda o tornam uma peça fundamental na sustentação financeira, servindo de segurança para os empreendedores.

“Uma das primeiras providências para organizar uma agroindústria era verificar se o Hotel Dall ‘Onder podia usar aquele produto para garantir a comercialização no início”.

“Não tem um dia que ele não saía para buscar dinheiro para o projeto nas empresas”.

Por enquanto, os entrevistados exibem convicção em manter o idealizador externo na presidência indefinidamente. Como não parece haver agricultores que estejam sendo preparados para substituí-lo, há possibilidade dessa intenção ser confirmada.

4 CONCLUSÃO

O contexto do Distrito São Pedro revela o esforço histórico conjunto da comunidade em superar as crises. Inicialmente, o impacto da transferência para o Brasil foi amenizado pela aproximação com os vizinhos via fé. Mais tarde, as dificuldades na produção comercial fizeram com que uma série de alternativas fosse testada. Entre elas, a modernização no cultivo, a forma cooperativa e o assalariamento. Cada estratégia serviu, de uma forma ou de outra, para a sobrevivência de determinadas famílias e teve repercussões específicas.

⁸ A presença do poder público é considerada inexpressiva pelos habitantes do Distrito de São Pedro, embora a Prefeitura Municipal de Bento Gonçalves colabore em algumas ações.

A Associação Caminhos de Pedra agrega características das duas experiências anteriores. A mesma crise rural que trouxe problemas para a agricultura repercutiu na convivência social e cultural do distrito. O turismo surgiu como proposta de melhorar o futuro da população, mas sem desvincular-se do passado. Prova disso é a retomada das ações coletivas via associação.

Nesse contexto, percebe-se a busca pelo equilíbrio entre os interesses privados e comunitários. Os moradores intencionam melhorar o padrão econômico familiar via turismo, sem perder a individualidade e o controle sobre o negócio. Mesmo assim, pensam na atividade como um projeto conjunto em que todos os habitantes devem ser paulatinamente integrados. Assim, a Associação assume o importante papel de fórum de debates, em que as questões públicas são equacionadas, transformando-se em ações coletivas, mas tenta manter o distanciamento dos assuntos privados, que permanecem mais afeitos às entidades religiosas e familiar.

A Associação Caminhos de Pedra também institucionalizou a disputa de interesses. Nesse espaço de discussão, os moradores encontraram a arena para exercitarem a auto-gestão coletiva na esfera do turismo, ensaiada anteriormente pela sociedade de capela e cooperativa.

A presença marcante de um empresário externo como impulsionador e sustentáculo do roteiro, em parte substituindo o poder público, torna o panorama da Associação ainda mais complexo. A comunidade reivindica o acompanhamento de agentes externos para dar segurança e respaldo às ações enquanto não possui experiência no ramo turístico. Por outro lado, precisa manter a identidade, fazendo questão de participar das decisões e ações pertinentes ao projeto. Dessa forma, a atuação da entidade transparece o hibridismo da confluência entre tradição e perspectivas de futuro, interesses públicos e privados, influência de agentes externos e conformação interna de forças.

Com implicações inclusive na maneira de os habitantes unirem-se para buscar suas aspirações, a reflexão sobre o turismo rural não deixa dúvidas sobre o avanço do fator econômico, motivação inicial da atividade sobre os demais âmbitos da vida dos empreendedores e demais moradores do distrito.

5 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ASSOCIAÇÃO CAMINHOS DE PEDRA. **Livro de atas: 1997-2001**. Bento Gonçalves, 2001. Não publicado.
- BARRERA, E. Situacion del turismo rural en la Republica Argentina. In: ALMEIDA, J. A.; RIEDL, M.; FROEHLICH, J. M. **Turismo rural e desenvolvimento sustentável**. Santa Maria: [s.n.], 1998. p. 65-84.
- BATISTEL, A. **A colônia italiana: religião e costumes**. Porto Alegre: EST, 1981.
- BERTHOME, J.; MERCOIRET, M. R. Organização dos pequenos agricultores. In: SPERRY, S. (Org.). **Organização dos produtores**. Brasília, DF: Embrapa, 1999. p. 11-16. (Agricultura familiar, 3).
- BONI, L. A. de; COSTA, R. **Os italianos do Rio Grande do Sul**. 3. ed. Porto Alegre: EST, 1984.
- COSTA, R. et al. (Orgs.). **Imigração italiana no Rio Grande do Sul: vida, costumes e tradições**. Porto Alegre: EST, 1974.
- GOODE, W. J.; HATT, P. K. **Métodos em pesquisa social**. 4. ed. São Paulo: Nacional, 1972. (Biblioteca Universitária, Série 2. Ciências Sociais, v. 3).
- MELLO, L. I. A.; COSTA, L. C. A. **História moderna e contemporânea**. 7. ed. São Paulo: Scipione, 1991.
- ROLLEMBERG, M. **Associativismo**. Brasília, DF: OCB, 1996.
- SABOURIN, E. Organização dos produtores. In: SPERRY, S. (Org.). **Organização dos produtores**. Brasília, DF: Embrapa, 1999.sp. 103-128. (Agricultura familiar, 3).
- SANTOS, J. V. T. dos. **Os colonos do vinho**. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1984.
- SILVA, G.; EDWARDS, J.; VAUGHN, R. Oportunidades e constrangimentos ao desenvolvimento do turismo rural. In: SIMÕES, O.; CRISTÓVÃO, A. **TERN: turismo em espaços rurais e naturais**. Coimbra: Instituto Politécnico de Coimbra, 2003.
- SPERRY, S.; MERCOIRET, M. R.; FERRARIS, F. As organizações dos pequenos produtores rurais de Silvéria, GO. In: SPERRY, S. (Org.). **Organização dos produtores**. Brasília, DF: Embrapa, 1999. p. 17-42. (Agricultura familiar, 3).
- THIBAL, S. **Rural tourism in Europe**. Strasbourg: Council of Europe, 1988.
- VOGELLER, I. **Agrarian capitalism and agrourism**. [S.l.: s.n.], [19__]. Mimeo.